

# DESMISTIFICANDO O IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Débora Soares Costa – Graduanda em Pedagogia – UFPI

Geane Araújo Silva – Graduanda em Pedagogia – UFPI

Gezza Duarte Ferro – Graduanda em Pedagogia – UFPI

Lívia Suelly Veras Almeida – Graduanda em Pedagogia – UFPI

Tatiane Sousa de Carvalho – Graduanda em Pedagogia - UFPI

**RESUMO:** Este artigo apresenta discussões sobre a educação especial em uma perspectiva inclusiva e sua devida implementação no sistema regular de ensino. O objetivo é entender, na íntegra, os aspectos que giram em torno da proposta inclusiva, desmistificando assim, o imaginário social acerca dessa modalidade de ensino. Esta, por sua vez, é entendida como sendo única e exclusivamente destinada aos alunos portadores de deficiência, não abarcando assim os educandos com altas habilidades/superdotação e aqueles com dificuldades de aprendizagem motivadas por causas exógenas, endógenas, permanentes ou temporárias. A pesquisa é de cunho bibliográfico, embasada no livro Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”, de Edler Carvalho (2006). As contribuições do referido estudo se direcionam a constituir espaços em que hajam inclusão e a devida integração daqueles que, de alguma forma, foram excluídos do processo educacional.

**Palavras-Chave:** Educação inclusiva. Integração. Imaginário social.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem lacunas a serem resolvidas e questões que os pingos nos “is” precisam ser colocados. O trabalho em questão busca elencar da maneira mais satisfatória possível, aspectos mal entendidos acerca da proposta inclusiva. Como por exemplo: conceitos de inclusão e integração; educação, educação especial e atendimento educacional especializado (AEE); público no qual a proposta inclusiva é dirigida.

O presente trabalho foi organizado com base numa revisão de literatura apoiado no livro Educação Inclusiva: com os pingos nos “is” da renomada autora, Rosita Edler Carvalho (2006).

No decorrer deste artigo, trataremos de barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação na educação inclusiva, tais como: baixa auto-estima de alunos e professores; metodologias inadequadas; atitudes e conceitos preconceituosos frente às diferenças; insuficiente formação dos professores; falta de pesquisas registradas e encadeamento de experiências, dentre outras. Espera-se que este artigo contribua para a formação de professores praticantes da proposta inclusiva e, assim, possam desenvolver

uma prática pedagógica que respeite e valorize as especificidades do seu alunado, buscando dessa forma, uma melhoria nas respostas educativas. Contudo, este trabalho não pretende esgotar os estudos realizados na área, mas servir de apoio para pesquisas posteriores que vierem a ser necessárias.

## **2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA PROPOSTA INCLUSIVA**

A educação reflete o momento histórico e o modelo de homem que cabe a educação concretizar, devido sua influência no processo educativo. Segundo J. Severino (1992) o processo educativo, “desde o surgimento do homem, é prática fundamental da espécie, distinguindo o modo de ser cultural dos homens, do modo de ser natural dos animais”. E na sociedade pós-moderna de hoje, a educação ganha ainda mais urgência.

Na educação primitiva, por exemplo, acontecia de forma prática, espontânea e por imitação enquanto que, na Grécia era privilégio dos nobres, sendo que os escravos e os guerreiros foram excluídos do processo educativo. Na Idade Média, a educação se inspirava em uma ideologia cristã (mensagem de amor ao próximo e a existência de escravos era vista como natural), sendo a educação privilégio do clero e da nobreza.

Durante o Renascimento período marcado por descobertas que influenciaram as ideias pedagógicas, a educação permaneceu sendo privilégio do clero, da nobreza e da burguesia emergente, não se constituindo, ainda, como uma educação para todos. Com o Iluminismo surgiram as lutas em favor da liberdade individual contra o absolutismo do clero e da nobreza. Decorrente dessa ideia surgiu uma teoria educacional considerada revolucionária para época, na qual se defendia os direitos do indivíduo e se apoiava no humanismo igualitário e no processo civilizatório universal. Entretanto, essa universalização ainda não ocorria para todos, indistintamente, mas, um direito equivalente a classe social do indivíduo.

As ideias iluministas influenciaram os projetos positivistas e socialistas. Tratando do projeto positivista, a educação era vista como capaz de reorganizar a sociedade, sendo que ricos e pobres, burguesia e proletariado teriam as mesmas oportunidades, a diferenciação entre eles estaria nas suas aptidões que os colocariam em um determinado espaço da sociedade. Essa é uma visão do papel do homem muito reduzida e segregacionista, que infelizmente ainda paira em plena pós-modernidade, e

isso pode ser visto na quantidade de aprendizes que nem ao menos tem acesso à escola ou que dela são excluídos e saem desqualificados para o exercício da cidadania.

Entretanto, o projeto positivista teve suas contribuições, na medida em que introduziu a crítica ao pensamento pedagógico e influenciou o movimento da Escola Nova nos anos 30. Com as ideias do escolanovismo o aluno foi colocado no centro do processo educacional e até hoje esse pensamento é compartilhado nos vários projetos educacionais. Outra contribuição foi referente às metodologias de ensino, pois aparelhos tecnológicos como: TV, rádio, vídeo e o computador foram levados para dentro da sala de aula.

No que se refere à proposta socialista, esta surgiu nas camadas populares e tinha por objetivo democratizar o ensino e a educação ter caráter político. Veio para analisar a escola sob uma ótica crítica, e seus defensores Paulo Freire e Ira Shor (1986) denunciaram a escola dizendo que ela servia tanto para libertar como para dominar, ou seja, manter a ordem vigente. Com isso, a escola deixou de ser vista com tanto otimismo, em decorrência dos estudos da corrente socialista que constataram no âmbito escolar, exercícios de poder e violências simbólicas. Na atual sociedade pós-moderna, as correntes teóricas valorizam e reconhecem que o educando é um ser histórico, social e político.

Os aportes teóricos mencionados acima constituem subsídios às reflexões acerca da proposta inclusiva e a prática pedagógica.

Quando se fala em proposta inclusiva esta deve ser percebida como sendo para todos. Entretanto, o entendimento equivocado constituído no imaginário das pessoas dentre elas os profissionais da educação, é que ela é destinada aos alunos portadores de deficiência, não abarcando assim, os educandos com altas/habilidades, superdotação e aqueles com dificuldades de aprendizagem motivadas por causas exógenas, endógenas, permanentes ou temporárias.

O sistema educacional tem que reconhecer que a escola inclusiva é para todos, sendo assim, o currículo deve ser adaptado com o intuito de atender as especificidades, ou seja, não deve existir um currículo para o aluno com deficiência e outro para o aluno dito “normal”, pois no currículo os interesses e necessidades do alunado devem ser valorizados e respeitados. Outro entendimento equivocado acerca da proposta inclusiva, diz respeito ao desmonte da educação especial. Quando fazemos referência a esse desmonte significa dizer que os serviços de apoio (fonoaudiólogo, fisioterapeuta, o

AEE, salas de recursos, classes e escolas especiais, dentre outros) devem acabar, para que a proposta inclusiva seja efetivada. Acreditamos que o desmonte da educação especial não seja a solução, mas sim, uma ressignificação dos serviços prestados, do papel da escola e dos sistemas em oferecer respostas educativas de qualidade ao seu alunado, e isso envolve questões de cunho político, social e pedagógico.

Há, ainda, uma confusão no que concerne aos termos integração e inclusão. Existem estudiosos que são a favor do abandono do termo integração, visto como algo ultrapassado devido o advento da proposta inclusiva. Pois, o princípio de integração regente consistia em: alunos teriam que se adaptar às escolas e não o contrário. Na verdade, esses dois termos são interdependentes, ou seja, para que se tenha inclusão é preciso integrar. Pois, integração significa interação entre as pessoas e, isso irá ajudar no reconhecimento do indivíduo em um determinado espaço. Além disso, o termo inclusão não consegue explicar sozinho toda a gama de aspectos que a proposta inclusiva remete.

Além dos conceitos supracitados, merecem também, explicações, os termos necessidades educacionais e necessidades educacionais especiais, para evitar rotulações inadequadas. No que concerne ao termo necessidades educacionais especiais o texto oficial contendo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, decorrente do Parecer CNB/CEB nº 17 de 2001 e que inspirou a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, em seu Art. 5, define seu alunado a partir das:

I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- a) aquelas não vinculados a uma causa orgânica específica;
- b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagem e códigos aplicáveis;

III- altas/habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (p.70)

Com essas Diretrizes, o conjunto de alunos atendidos pela educação especial foi ampliado além de evitar o uso de rotulações desnecessárias. Como por exemplo, a crença que alunos cegos, surdos ou com paralisia cerebral, sempre tem severas dificuldades de aprendizagem, quando na verdade a dificuldade está na comunicação e

na sinalização. Como parte dessa constatação, indagamos: onde estará à dificuldade, no aprendiz ou no sistema que não disponibiliza meios alternativos para o aluno aprender?

Ainda tratando da problemática do termo necessidades educacionais especiais, outro aspecto a refletir diz respeito ao entendimento sobre as dificuldades de aprendizagem gerada por causas orgânicas e, outras ligadas a fatores econômicos e socioculturais. Sob a ótica das causas socioculturais e econômicas, esses alunos chegam à escola com desvantagem de conhecimentos e defasagem idade-série. Essas “dificuldades são transitórias, mas se não trabalhadas de forma adequada, elas podem se tornar permanentes, gerando deficiências circunstanciais” (EDLER CARVALHO, 2004).

O termo necessidades educacionais remete ao fato de que todos os alunos as possuem sejam nas formas comuns, próprias, individuais, compartilhadas pela maioria e, dentre estas, algumas podem ser especiais.

Outros termos que requerem revisão são: educação, educação especial e atendimento educacional especializado. Concernente a educação, a literatura caracteriza como sendo um processo integral em que o homem ao interagir com a cultura em que vive e se desenvolve globalmente nos mais variados aspectos: motor, social, cognitivo, político, físico e afetivo. Já a educação especial é vista na Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (1996) em seu capítulo V, art. 58 como: “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A reflexão cabível nesse contexto é em relação à educação especial vista na LDBEN (1996) como modalidade e, não como processo, o que seria mais adequado. Pois, ao tratá-la como modalidade, refere-se a um modo diferente de ser, o que acarretaria um aprofundamento da bipolaridade educação regular/educação especial. Quanto ao atendimento educacional especializado, esse não veio para substituir a escolarização, mas, uma maneira de complementar ou suplementar a ação educativa da escola regular visando à formação da autonomia do aluno dentro e fora do espaço escolar.

### **3 EDUCAÇÃO ESPECIAL, PENSAMENTO FILOSÓFICO E DIREITOS HUMANOS**

As mudanças que estão ocorrendo na área da educação especial contam com as contribuições do pensamento filosófico e dos movimentos em prol dos direitos humanos contra as desigualdades. Pois, os movimentos filosóficos valorizam a integralidade do objeto científico, indo além da sua materialidade. Segundo essa linha de pensamento, a escola inclusiva vai além do 'eu' visando o 'todos nós' (KEN WILBER, 1949, *apud* EDLER CARVALHO, 2006, p.34 ).

Com relação aos movimentos sociais em busca dos direitos humanos, tem contribuindo na medida em que, propicia a ressignificação dos sistemas educacionais e do papel da escola. E nesse ressignificar de papéis, as instituições precisam analisar suas crenças, ações (de discriminação, opressão e impeditivas) e, refletir acerca formação inicial e continuada dos professores como também suas condições de trabalho. A igualdade dos direitos na educação, defendido pelos movimentos sociais, não significa ensinar de uma mesma forma, mas educar de acordo com as necessidades individuais de cada educando, valorizando assim, as diferenças individuais.

É perceptível que já houve grandes avanços na área da educação, decorrentes dos movimentos da Escola Nova, do positivismo, uso das novas tecnologias como forma de aperfeiçoar o ensino. Porém, ainda existem pontos a melhorar na área da educação especial, principalmente no que diz respeito à elaboração de propostas inclusivas mais justas e consistentes. Vale ressaltar que o caminho vem sendo trilhado, só que a passos lentos, mas, felizmente há muitos estudos e pessoas interessadas na devida efetivação da proposta inclusiva para todos.

Entretanto, nesta transição para a escola inclusiva, incluir vai além da inserção do aluno com necessidades educacionais especiais em classes regulares, existem aspectos que merecem ser levados em consideração, tais como: incluir os que nunca frequentaram encontrar medidas para não excluir os já incluídos, atentar para as segregações em classes e escolas especiais, melhorar as respostas educativas, analisar e modificar quando necessário o Projeto Político Pedagógico.

Mas, é importante destacar que as mudanças na filosofia, na teoria e na prática das escolas precisam ser articuladas com políticas públicas (recursos financeiros, saúde, nutrição, lazer, trabalho, ciência, tecnologia e transporte) para que se desenvolva uma educação inclusiva que atenda as diferenças individuais com equidade de oportunidades, sem discriminações e exclusão. Para esse fim, é necessário romper com as fragmentações que existem dentro dos sistemas municipais e estaduais, pois gera

planejamento sem articulação e, conseqüentemente, uma baixa qualidade na educação oferecida nas escolas. A educação especial não pode ser considerada um sub-sistema, mas, constitui-se uma rede de apoio e serviços igualitários para atender esse alunado.

É de grande valia, analisar nesse contexto da proposta inclusiva, o imaginário social que é constituído acerca da pessoa com deficiência. Esse imaginário é calcado na concepção de normalidade, e isso influencia diretamente no modo de tratar essas pessoas vistas como diferentes por saírem do padrão de normalidade fixado no imaginário das pessoas. A proposta inclusiva vê a diferença não como um obstáculo, mas como oportunidade de enriquecer conhecimentos e de combater as práticas não discriminatórias e excludentes nos mais variados espaços da sociedade.

No intuito de romper com práticas excludentes e discriminatórias, é necessário e urgente em uma sociedade globalizada de hoje, a construção de um imaginário individual e coletivo embasado nas diferenças e não na normalidade. Levando para a educação, é necessário reconhecer em quais contextos a aprendizagem ocorre. Se o aluno não está conseguindo aprender um determinado conteúdo, não significa dizer que seja deficiente - caso dos superdotados vistos como preguiçosos. Às vezes a deficiência está na escola em não oferecer respostas educativas de qualidade, ficando mais cômodo tanto para o professor quanto para a instituição colocar a culpa no aluno, gerando rotulações desnecessárias.

A partir dessas análises, percebe-se que o sistema educacional, a escola e os educadores não entendem na íntegra o que seja a proposta inclusiva. O sistema diz que é a favor da proposta inclusiva porque não quer e não tem força para ir contra a lei maior - Constituição Federal de 1988. Entretanto, as práticas dentro desses sistemas não denotam inclusão, pois, só inserem sem propiciar mecanismos de acolhimento e integração desses alunos ditos incluídos. E os professores aceitam esse alunado, porque não querem ir contra a direção da escola, mas revelam que não se sentem preparados para trabalhar com esse alunado, pois sua formação inicial não elencou os aspectos da educação inclusiva.

Existem barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação na proposta inclusiva. Carvalho (2006) as elucida como sendo: estrutura familiar comprometida; número alto de alunos por turma; metodologias; atitudes e conceitos preconceituosos frente às diferenças; insuficiente formação dos professores; falta de articulação entre políticas educacionais e políticas públicas; falta de pesquisas registradas e

encadeamento de experiências, dentre outras, o que acaba ocasionando práticas pedagógicas descontextualizadas.

Em se tratando de documentos que subsidiam concepções, princípios e diretrizes de uma proposta inclusiva, destacam-se: Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (1990); Declaração de Salamanca e Linha de Ação (1996); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

À luz dessas declarações, a concepção de um sistema educacional inclusivo é aquele em que se articulam políticas educacionais com políticas públicas. Os princípios são os democráticos: igualdade de oportunidades, respeito às necessidades individuais dentre outros. As Diretrizes elencam aspectos sobre conceito da educação especial, identificação do alunado, modalidade de atendimento educacional escolar, trata dos serviços de apoio especializados e, da formação dos professores.

Todas essas declarações e diretrizes não devem ser entendidas como sendo direcionadas única e exclusivamente para a educação especial. Elas embasam a proposta inclusiva, direcionada a todos os níveis, séries e modalidades de ensino que são excluídos do sistema educacional, decorrentes dos mais variados fatores (orgânicos, sociais, econômicos e culturais).

Na transição para a proposta inclusiva, a escola desempenha um importante papel, em decorrência de ser, por excelência, um espaço privilegiado na construção de conhecimentos e de convivência entre os diferentes grupos. Como assinala Carvalho (2004, p. 148), “o eixo da transição está na mudança de atitudes frente à diversidade deixando de ser considerada como entrave, para ser entendida como uma riqueza, um auxílio ao trabalho docente”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme depreendemos das análises supracitadas, a inclusão é um processo que não tem fim, e está direcionada a todos que por causas orgânicas e não orgânicas foram excluídas do contexto educacional. Sua trajetória não é linear, ao contrário, é permeada por avanços e retrocessos, desvios e contradições.

É preciso compreender que incluir vai além da inserção do aluno na educação regular. Ela requer acolhimentos nos âmbitos emocional, afetivo, educacional, social, cultural e político.

Para esse fim, todos educadores, gestores, o Estado, a família e sociedade, em geral são responsáveis por sua implantação e implementação no espaço escolar. Nesta transição para a proposta inclusiva, o encadeamento de conhecimentos e experiências entre os professores e pesquisadores é muito importante, pois, eleva a autoestima dos educadores em trabalhar na diversidade, entendida não como obstáculo, mas antes, como desafio a uma prática pedagógica nova.

As barreiras existem, sabemos identificá-las, agora é preciso ação. Assim, a transposição dessas barreiras começa por entender o significado da diversidade. A partir desse entendimento, é possível mudar conceitos e atitudes que promovem a exclusão. No âmbito das escolas, o Projeto Político Pedagógico deve ser fruto de um trabalho coletivo, que respeite e valorize as diferenças individuais do seu alunado, e assim, promova melhoras às respostas educativas.

É necessário e oportuno entender que flexibilização curricular sob a ótica da proposta inclusiva, não é oferecer currículos diferenciados, pois se constitui uma exclusão mascarada. Ao contrário, os currículos precisam respeitar e valorizar as necessidades e potencialidades do aluno, pois o educando da proposta inclusiva é visto como um ser em potencial, cabendo à educação propiciar mecanismos para o aprimoramento de conhecimentos e habilidades. As avaliações, à luz da proposta inclusiva, servem de subsídios para planejamentos que promovam aprendizagens significativas.

Diante do exposto, se considerarmos a proposta inclusiva como algo que não existe “ainda”, mas que é possível de ser conquistada pelo desejo, pela luta incessante, pelo empreendimento de ações concretas e conjuntas, poderemos em um futuro bem próximo, garantir que essa proposta seja efetivada em sua plenitude.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996e. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 10 abril. 2013.

-----**Lei nº 9.394**, de 24 de dezembro de 1996e. Lei de Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 10 abril. 2013.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2006. 4 ed. 176 p.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.